



Municipal do dia trinta de abril de dois m e treze
Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e treze reuniu a Assemble Municipal do Concelho de Castro Daire, no Auditório do Centro Municipal de Cultur pelas dez horas e quinze minutos, com a seguinte:
Ordem de Trabalhos
1.PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:
1.1. Leitura e votação da ata da sessão anterior:
O Sr. Presidente da Mesa informa que a ata, referente à sessão da assemble realizada no dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e treze, foi enviada para todos po email, propondo dispensar a leitura da mesma, sendo a proposta aprovada
Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado, por unanimidade
1.2. Leitura e apreciação do expediente
Neste ponto foi efetuada a chamada estando a faltar, no momento, os membros o Assembleia Senhores Flávio Lopes Pereira, Aurélio da Rocha Loureiro, António Beat Serra e Márcio Ferreira dos Santos e o Presidente da Junta de Freguesia de Moledo.
2.PERÍODO DA ORDEM DO DIA:
2.1. Análise, discussão e votação, nos termos da alínea e9 do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeir conjugada com a alínea b) do n.º 2 do artigo 106º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro — L das Comunicações Eletrónicas — da taxa municipal de direitos de passagem, no valor o 0.25%, para o ano do 2014:





- Sobre este ponto, o membro da Assembleia Municipal, Sr. Manuel Almeida unta ao Sr. Presidente da Câmara Municipal se as taxas a aplicar no ano de 2014, são esmas dos anos anteriores, ao que o sr. Presidente informa que as taxas são iguais às 10 passado	
Posto este ponto à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade	
2.2. Apreciação do inventário de bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município e respetiva avaliação, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 49.º conjugado com a alínea c) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro;	
Sobre o assunto em questão, é dada a palavra ao Sr. Vereador Eurico Moita, que explica, de forma concisa, a inventariação de bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município	
Posto este ponto à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade	
nos termos das disposições legais referidas no ponto anterior, conjugadas com o n.º 1 do artigo 47.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de junho, 67-A/2007, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro e 64-B/2011, de 30 de dezembro;	
Sobre este ponto intervêm os seguintes membros:	
Presidente da Câmara Municipal: Dá a palavra ao Sr. Vereador Eurico Moita, que informa que no enquadramento da conjuntura e legislação atual, os graus de execução são um indicador de elevada importância sendo que no ano de 2012 sofreram um aumento, perspetivando-se para o ano de 2013 resultados ainda mais favoráveis em termos orçamentais. Em termos de receita há que realçar o peso significativo das transferências FEDER «Capital», só aproximado do ano de 2011. Isto reflete as profícuas negociações que este executivo tem tido junto das Entidades competentes e a dinâmica no que diz respeito ao aproveitamento dos QC. Em 2009 − 8.308,64€; 2010 − 500.050,88€; 2011 − 2.889.234,53€ e 2012 − 2.992.266,13€	
Falar de despesas, nos dias de hoje, implica, forçosamente, uma análise à situação do endividamento. Os objetivos de redução até finais de 2012 impostos pelo artigo 65.º da LOE 2012, já se encontravam superados no final do 2.º semestre, conforme comunicação da DGAL, tendo por base a informação reportada através do SIIAL	
Relativamente às dívidas de médio e longo prazo há que referir que de 2011 para 2012 houve um decréscimo no valor de capital em dívida de 536.331,42€. No que concerne aos fornecedores houve uma diminuição de 2011 para 2012 no valor de 143.815,00€. Em relação ao ano de 2012 as dívidas a fornecedores de imobilizado é de	





238.844,09€, o que significa que houve uma redução de 3.151.181,33€. Termina dizendo que as dívidas de médio e longo prazo a fornecedores c/c e fornecedores de imobilizado tiveram uma redução de 3.831.317,75€. Diz ainda que o executivo deu um forte contributo para o alinhamento das orientações da "Troika" no que concerne à redução de endividamento. Este esforço é tanto mais meritório dado que as reduções das transferências do Estado acentuam-se de ano para, pois neste mandato houve uma redução no valor aproximado de 735.000,00€ por ano. Acresce ainda referir que relativamente aos custos com pessoal, na ótica patrimonial, houve um decréscimo de 9,8, o que significa uma poupança de 418.853,71€
despesa, o executivo camarário afasta-se da forma e conteúdo do PSD, ou seja, nos tempos que correm, com a atual conjuntura económica, é inadmissível imprimir um documento de 137 páginas a cores. Diz ainda que é um documento em que a maior parte do seu conteúdo só se refere a festas. Refere, ainda, que outra situação que o preocupa também é o Centro Termal das Termas do Carvalhal. Informa que, ao analisar o relatório, verificou que houve um decréscimo das receitas em relação ao ano de 2011, decréscimo esse motivado por uma avaria no Centro Termal que impossibilitou a realização de tratamentos e cujo facto é do conhecimento de todos. Diz ainda que gostaria de saber de quanto é que foi o prejuízo que o Centro Termal teve com essa situação
2.4. Análise, discussão e votação da modificação — revisão n.º 1, para integração do saldo da gerência do ano de 2012 —, ao orçamento municipal do ano de 2013, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro;
Posto este ponto à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade
2.5. Apreciação nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, relativamente à atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo;
Neste ponto, não houve intervenções dos membros da Assembleia Municipal:
2.6. Outros assuntos;
Neste Ponto é dada a palavra aos Senhores:
Sara Micaela Moita André: Questiona o Sr. Presidente da Câmara sobre a



ambulância com médico, dizendo que outro dia, houve uma pessoa, na freguesia de Cabril, que se sentiu mal, e que a ambulância, constituída por dois bombeiros, teve que ir ao encontro da VMER. Continua dizendo que esta era uma situação que podia ter terminado mal, o que felizmente não aconteceu, mas em muitas ocasiões, essas situações poderão não ter tido o mesmo desfecho, e que o Sr. Presidente prometeu que o Concelho teria uma ambulância com médico, pelo que gostaria de saber onde é que ela está. ---------- Dr. Jorge Manuel Ferreira Duarte: Refere-se ao Centro Termal das Termas do Carvalhal, dizendo que gostaria de saber quais os valores do prejuízo que o Município de Castro Daire teve com a avaria do Centro Termal. ---------- Presidente da Junta de Freguesia de Cujó: Refere que na Freguesia de Cujó construiu-se uma represa, e já deu conhecimento dessa construção à Câmara Municipal, aos Bombeiros Voluntários de Castro Daire e Farejinhas, e quer que conste no "roteiro" da Proteção Civil. Seguidamente refere-se aos protocolos, dizendo que o Sr. Presidente da Câmara continua a não responder sobre a percentagem a disponibilizar para as freguesias com os protocolos. ---------- Presidente da Junta de Freguesia de Pepim: Pede algumas explicações sobre a ETAR de Outeiro/Pepim e sobre a zonas envolvente da Igreja. De seguida refere-se ao chafariz que se situa na Ponte Pedrinha, na estrada que vai para S. Pedro do Sul, dizendo que este e a conduta se encontram em mau estado e que o chafariz, além do mau estado, também não é limpo. ---------- Presidente da Junta de Freguesia de Cabril: Começa por se referir à iluminação pública, para dizer que apagar a luz por volta da uma, uma e meia da manhã e depois voltar a ligá-la às quatro da manhã, deixa a população insegura. Em sua opinião, o melhor seria deixar acesa lâmpada sim, lâmpada não. Seguidamente refere-se à estrada de Mosteiro-Moimenta, dizendo que esta se encontra em mau estado e pergunta para quando é que está previsto que esta estrada e a estrada para a Sobreda venham a ter alguma reparação. ----------- Presidente da Junta de Freguesia de Alva: Refere-se à má condição da estrada, dizendo que já falou com várias pessoas, inclusive com o Sr. Vice-Presidente, e que até à data nada foi feito. ---------- Dr. Jorge Manuel Ferreira Duarte: Refere que o Sr. Presidente continua a não responder à questão. O que perguntou era simples de responder, era só informar quais os valores do prejuízo que a avaria do Centro Termal deu ao município. ------E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Dr. Albino dos Reis Ramos, deu por encerrada a sessão, eram treze horas e quinze minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Ana Luísa Guedes Albuquerque, Assistente Técnica, para o efeito designada, que

a secretariei e redigi. -----



O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(Dr. Albino dos Reis Ramos)

A Secretária

Aug Priso Quedes Albuquaque

(Ana Luisa Guedes Albuquerque)